

Plascar

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA
PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
30 de abril de 2020

Srs. Acionistas,

A administração da Plaspar Participações Industriais S.A. ("Companhia"), na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481/09"), apresenta, a seguir, sua proposta para as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 10 horas ("AGOE").

Jundiaí/SP, 30 de março de 2020.

Paulo Antonio Silvestri

Diretor de Relações com Investidores

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGOE

Os acionistas detentores de ações da Companhia poderão comparecer à sede desta, na data da AGOE, e proferir seus votos normalmente, ou, caso não possam estar presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, ou, ainda, exercer seu direito de voto através do preenchimento e envio do Boletim de Voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481.

ACIONISTA PRESENTE:

O acionista que desejar participar da AGOE deverá se apresentar alguns minutos antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) Pessoa Física: documento de identificação com foto;
- (ii) Pessoa Jurídica: documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ex.: ata de eleição de diretoria ou da administração);
- (iii) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou gestor, se for o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e Estatuto ou Contrato Social, juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica.

ACIONISTA REPRESENTADO POR PROCURADOR:

O acionista que não puder comparecer à AGOE poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º, do artigo 126 da Lei das S.A.

As procurações, nos termos do referido parágrafo, somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; (iii) ser instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente condôminos. Para os acionistas pessoa jurídica, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM (Processo CVM RJ2014/3578), não há necessidade de o mandatário cumprir qualquer dos requisitos elencados nos itens (i) a (iii), acima.

VIA BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA:

Nos termos da IN CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas possam participar da assembleia mediante o preenchimento e envio do Boletim de

Voto à Distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, no seu website (www.plascar.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. (www.b3.com.br).

Neste sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO e da AGE (i) diretamente à Companhia; (ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações da Companhia, a saber, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou (iii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, nos caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central.

A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da realização da AGOE, ou seja, até as 23h:59min do dia 23 de abril de 2020.

Voto à Distância exercido diretamente: O acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente para a Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à Rua Wilhelm Winter, 300, Distrito Industrial, CEP 13.213-00, Jundiaí/SP:

- (i) via física do Boletim de Voto à distância devidamente preenchido, assinado e rubricado;
- (ii) cópia dos documentos descritos no item de participação de acionista presente, acima, conforme o caso.

Caso assim lhe convier, o acionista também poderá enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos acima para o endereço eletrônico contatori@plascargroup.com.

Voto à distância exercido por intermédio de prestadores de serviços: o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem tal serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para escrituração das ações, nos casos de ações que não estejam em depositário central, observadas as regras e prazos por esse determinadas.

Informações adicionais – Desde que o respectivo Boletim de Voto à distância seja considerado válido pela Companhia, o acionista que decidir votar à distância será considerado presente para todos os efeitos da lei das S.A. Durante o prazo de votação à distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes julgar conveniente, prevalecendo a última que constar antes da data mais próxima da assembleia.

A equipe de Relações com Investidores estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre os procedimentos, prazos e matérias para deliberação na AGOE, através dos seguintes canais:

Rua Wilhelm Winter, 300, Jundiaí/SP
Telefone: 11 3109-2906
E-mail: contatori@plascargroup.com

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da Plaspar Participações Industriais S.A. (“**Companhia**”) a reunirem-se, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 10 horas, na sede da Companhia, situada à Rua Wilhelm Winter, 300, Distrito Industrial, Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme publicadas em 4 de março de 2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro (prejuízo) líquido apurado no exercício;
- (iii) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (iv) fixar a remuneração global dos administradores e conselheiros da Companhia;

Para tomar parte na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deverão comprovar essa qualidade mediante extrato emitido pela instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia ou por agente de custódia, além da apresentação do documento de identidade ou dos documentos societários aplicáveis, conforme tratar-se, respectivamente, de pessoa física ou jurídica.

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procurador, nos termos do artigo 126, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6.404/76, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato, o qual poderá ser depositado antecipadamente na sede social, junto ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia.

A Companhia disponibilizará para essa assembleia o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução CVM 481, permitindo, assim, que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por intermédio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações, ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações constantes da Proposta de Administração.

Adicionalmente, em razão da atual pandemia de COVID-19 (“coronavírus”), a Companhia também disponibilizará um telefone de acesso gratuito à assembleia, para participação remota. Neste caso, os acionistas que optarem por este meio de participação, deverão discar para o número **0800 887 3239**, digitando o código de acesso **1525111#**.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009.

Jundiaí, 30 de março de 2020.

Paulo Antonio Silvestri
Presidente do Conselho de Administração
PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

ORDEM DO DIA:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A proposta da Administração da Companhia é pela aprovação do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, que aprovaram o balanço da Companhia referente ao exercício social de 2019, sem ressalvas.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes foram divulgados em separado no dia 04 de março de 2020 e estão disponíveis para a consulta de todos na página eletrônica da Companhia (www.plascar.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet).

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis abaixo e nas páginas eletrônicas mencionadas acima.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 481/2009, ARTIGO 9º, III – DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 480/2009 (ANEXO 24).

10. Comentários dos diretores

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A estrutura de capital está de acordo com o padrão adotado pelo segmento de autopeças.

Em 2018, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 6,7%, quando comparado com o mesmo período de 2017, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2018, apresentou uma queda de 13,4% quando comparada com o ano anterior. Embora a recuperação no mercado de caminhões em 2018 tenha sido positiva para a Companhia, houve queda importante de participação no mercado de veículos leves do principal cliente, além de uma redução de faturamento em função da greve dos caminhoneiros.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolveu a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a nova sociedade “Pádua IV S.A.”.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

Em 2019, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 2,3%, quando comparado com o ano de 2018, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2019, apresentou um aumento de 17,5% quando comparado com o ano anterior, devido principalmente à recuperação nos volumes de produção no segmento de caminhões e ao ingresso de novos projetos, alguns já em produção e outros com previsão para início em 2020.

A Companhia mostrou uma melhora na margem bruta, passando de 3,1% em 2018 para 7,7% em 2019, assim como um importante impacto positivo no EBITDA, passando de 24,5% (R\$ 85.090) negativo em 2018 para 16,5% (R\$ 67.051) positivo em 2019, resultado que se dá em razão principalmente do efeito positivo no registro contábil do crédito referente processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante líquido de R\$ 85.282 (Nota 8), combinado com a recuperação nos volumes de caminhões e ingressos de novos negócios para Companhia. O resultado líquido da Companhia por sua vez, somou prejuízo de R\$ 6.825 em 2019, no mesmo período de 2018 somou prejuízo de R\$ 257.254, variação esta justificada pelos impactos positivos em 2019 mencionados acima e ao registro contábil de atualização monetária referente ao crédito mencionado acima no montante líquido de R\$ 76.961.

O investimento em CAPEX em 2019 totalizou R\$9 milhões (R\$ 3 milhões em 2018).

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Não há previsão de resgate de ações ou quotas. A estrutura de capital é composta de 32,0% de capital de terceiros (Empréstimos longo prazo) e 68,0% de capital próprio (Patrimônio líquido).

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Plascar é uma empresa financeiramente sólida e cumpridora de todos os seus compromissos, justamente em razão disso goza de um ótimo relacionamento com instituições financeiras de primeira linha.

Apesar do cenário econômico atual ainda apresentar grandes incertezas para níveis de atividade do setor automobilístico, com a conclusão do processo de reestruturação da Companhia e entrada de novos negócios, a expectativa é que no médio prazo as operações vão apresentar recuperações gradativas dos volumes de produção e que a qualidade de seus recebíveis e ativos dados em garantia serão suficientes para as renovações dos prazos dos empréstimos.

Em 2019, a Companhia registrou significativa melhora em termos de liquidez e estrutura de capital, devido, principalmente, ao sucesso na renegociação de certos passivos.

O ano de 2020 deverá ser também marcado pelos desafios da reestruturação, com a continuada busca de aumento de volume de produção e fortalecimento da geração de caixa.

O prazo médio de cobrança é de 28 dias.

Com o recente agravamento da crise causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), criou-se um cenário excepcional de incertezas. A saúde financeira da companhia poderá ser afetada de modo relevante dependendo do tempo de duração desta crise atual.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas

Instituições financeiras indicadas na tabela do item “f” abaixo.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes de Financiamentos atuais descritas na tabela do Item “f” abaixo. Adicionalmente, a Companhia concluiu o processo de renegociação com seus principais bancos credores (conforme mencionado no item 10a.)

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Empréstimos e financiamentos – PLASCAR – Consolidado – em milhares de reais					
		31/12/2019		31/12/2018	
Bancos		Vencimentos		Vencimentos	
Banco Bradesco - HSBC (Capital de giro - Capex) *	17.549	01/fev/29	29.072	04/mai/20	
Banco do Brasil (Capital de giro)*	21.426	01/fev/29	62.459	25/mai/18	
Banco Bic (Capital de giro)	-	-	695	13/mar/19	
Banco Fibra (Capital de giro) *	15.046	01/fev/29	86.847	08/jan/18	
CEF (Capital de giro)	14.723	03/dez/23	16.026	26/mai/20	
Banco Itau BBA (Capital de giro) *	14.654	01/fev/29	80.024	09/jan/17	
Banco Bradesco (Longo prazo-Capex - Finame) *	-	-	12.694	15/mar/21	
BDMG (Longo prazo-Capex) *	23.173	01/fev/29	46.677	29/ago/21	
Banco Bradesco - HSBC (Longo prazo-Capex - Finame) *	-	-	8.658	17/abr/17	

Banco Itaú (Longo prazo-Capex - Finame) *	-	-	12.902	15/mar/19
Banco do Brasil – Finame *	-	-	59.062	15/dez/22
BDMG (Longo prazo-Capex - Finame)*	-	-	29.369	15/dez/22
Banco Fidis (Capital de giro)	6.451	28/out/20		
Banco Daycoval (Capital de giro)	7.292	30/ago/21		
Banco Sofisa (Capital de giro)	5.904	27/jan/21		
Banco Union (Capital de giro)	1.450	23/mar/20		
Banco Alfa (Capital de giro)	7.790	27/jul/20		
* Reestruturação financeira concluída em 31 de janeiro de 2019.				
TOTAL	135.458		444.485	

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:
Os contratos de empréstimo e financiamento relevantes estão descritos no quadro acima.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía somente as relações de longo prazo descritas no quadro acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

As linhas de financiamento descritas no quadro acima possuem cláusulas restritivas tradicionalmente aplicáveis a contratos financeiros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas periodicamente durante a vigência dos contratos.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a nova sociedade “Pádua IV S.A.”.

O processo de reestruturação da Companhia foi concluído em 31 de janeiro de 2019, conforme mencionado acima no item 10.1a.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Plascar possui limites de utilização dos financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras. O comportamento de tais instituições financeiras para concessão de crédito, poderá ser afetado pela atual crise do coronavírus.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas nas demonstrações financeiras em 2019, comparando-se com 2018, além do endividamento, são:

1- Direito de uso de ativos/Passivos de arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 R2 (IFRS16) - Arrendamento Mercantil, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP), sendo essa a mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos juntos aos bancos. Em 2019 a Companhia registrou R\$ 19.082 como despesa de amortização no resultado.

2- Empréstimos e financiamentos

Conforme detalhado no Item 10.1a (iv), em 31 de janeiro de 2019 ocorreu a conclusão da reestruturação da Companhia, onde em linhas gerais, envolveu a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora "Pádua IV Participações S.A.

3- Tributos a recuperar

No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar referentes ao crédito exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS COFINS.

4- Provisão de perda (impairment) – Imobilizado

Em 2018 a Companhia registrou impairment de R\$ 44.084 referente a adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES. (Nota nº 12 – imobilizado).

Em 2019 a Companhia registrou impairment de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício (Nota nº 12 – imobilizado).

5- Aumento de Capital Social (Reestruturação financeira)

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

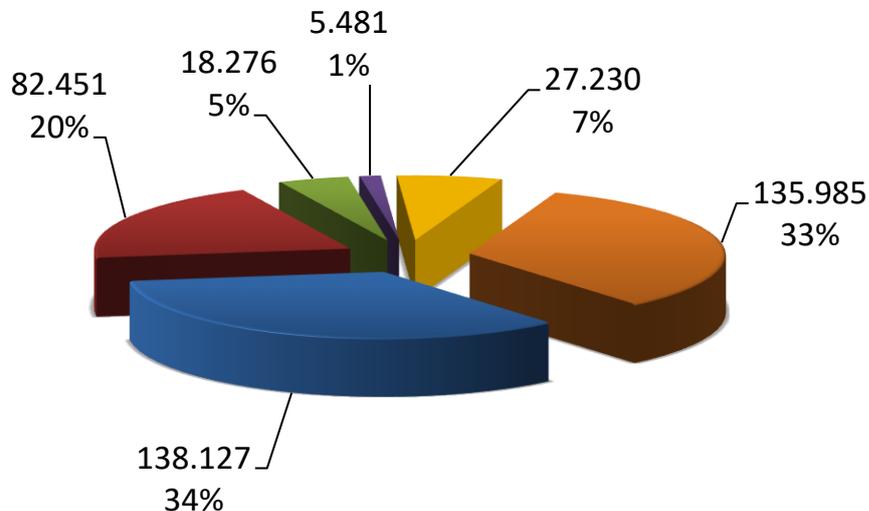
10.2 Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Os principais componentes da receita do exercício estão indicados abaixo:

Composição da Receita Líquida em 2019 - R\$ 407.550 mil



■ Parachoqueiros ■ Painéis ■ Laterais de Portas ■ Lanternas ■ Grades ■ Outros

ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 6,7%, quando comparado com o mesmo período de 2017, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2018, apresentou uma queda de 13,5% quando comparada com o ano anterior. Embora a recuperação no mercado de caminhões em 2018 tenha sido positiva para a Companhia, houve queda importante de participação no mercado de veículos leves do principal cliente, além de uma redução de faturamento em função da greve dos caminhoneiros.

Em 2019, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 2,3%, quando comparado com o ano de 2018, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2019, apresentou um aumento de 17,5% quando comparado com o ano anterior, devido principalmente à recuperação nos volumes de produção no segmento de caminhões e ao ingresso de novos projetos, alguns já em produção e outros com previsão para início em 2020. A Companhia mostrou também uma melhora na margem bruta, passando de 3,1% em 2018 para 7,7% em 2019, assim como um importante impacto positivo no EBITDA, passando de 24,5% (R\$ 85.090) negativo em 2018 para 16,5% (R\$ 67.051) positivo em 2019, resultado que se dá em razão principalmente do efeito positivo no registro contábil do crédito referente processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante líquido de R\$ 85.282 (Nota 8), combinado com a recuperação nos volumes de caminhões e ingressos de novos negócios para Companhia

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2018, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 6,7%, quando comparado com o ano de 2017, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2018, apresentou uma queda de 13,4% quando comparado com o ano anterior, devido

principalmente a queda de demanda de seu principal cliente, além de uma redução de faturamento em função da greve dos caminhoneiros.

A Companhia mostrou também uma queda na margem bruta, passando de 8, positivo em 2017 para 3,1% positivo em 2018, resultado que se dá em razão da queda na receita líquida, apesar das diversas medidas para redução de custos adotadas pela Administração, tais como, redução de benefícios e do número de colaboradores (cerca de 1.100 desligamentos entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017).

Em 2019, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 2,3%, quando comparado com o ano de 2018, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2019, apresentou um aumento de 17,5% quando comparado com o ano anterior, devido principalmente à recuperação nos volumes de produção no segmento de caminhões e ao ingresso de novos projetos, alguns já em produção e outros com previsão para início em 2020.

Cenário Automotivo	FONTE: ANFAVEA – BRASIL		
	2018	2019	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.880	2.945	2,3%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.566	2.788	8,6%

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2019, não foram identificados impactos significativos decorrentes de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(i) Transação de Sale & Leaseback

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plaspar Ltda. realizou transações de *Sale & Leaseback* dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiá e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plaspar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

(ii) Reestruturação/redução custos

Dentro do processo de reestruturação e redução de custos, o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores.

(iii) Reestruturação da dívida / Aumento de Capital.

Em 31 de janeiro de 2019 conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plaspar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária.

(iv) Imposto de renda e contribuição social

Reversão IR diferido no valor de R\$ 59.098, conforme determina a Instrução CVM 371, por não haver histórico de rentabilidade na companhia que não obteve lucro tributável em pelo menos 3 (três) dos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de rentabilidade futura a curto prazo em função do cenário atual econômico desfavorável.

Os tributos diferidos ativos no valor de R\$ 3.198 registrado em 2016 refere-se ao percentual de 30% sobre o montante de R\$ 10.660 que corresponde aos tributos diferidos calculados sobre custo atribuído do ativo imobilizado e diferença de depreciação – revisão da vida útil – econômica. Em 2017 este saldo foi revertido por não haver perspectiva de realização a curto prazo através de lucros tributáveis futuros.

(v) Obrigações Fiscais e Encargos sociais

A Plascar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foi parcelado em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses corresponde a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870.

Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade.

(vi) Crédito Exclusão ICMS base de cálculo PIS-COFINS

A Companhia informa que, no ano de 2010, distribuiu Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2017, a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância e, em outubro de 2019, obteve nova sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, Companhia iniciou um procedimento para levantamento de valores pagos indevidamente a partir do ano de 2005 e pleitear seu respectivo ressarcimento. A Companhia apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável.

Em 19 de agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito.

No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

A homologação e habilitação de R\$ 123.396 relativo a parte do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil para compensação tributária futura, ocorreu em 03 de janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, será objeto de análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

Do saldo informado de obrigações Fiscais (nota 24), a Companhia compensou em janeiro de 2020 o montante aproximado de R\$ 22.959.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento. A partir de 1 de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 R2 (IFRS16) – arrendamento mercantil, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros, descontados a valor presente, como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi de R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. Houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2019 em relação a 2018. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao valor presente, sendo essa mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos junto aos bancos. Em 2019 a Companhia registrou R\$ 19.082 como despesa de amortização no resultado.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme comentado no item anterior, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2019 em relação a 2018.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor neste período, somente a manutenção parágrafo de ênfase, conforme descrito abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia através de sua controlada tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e tem apresentado prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante R\$ 1.004.063 mil (R\$ 997.435 mil em 31 de dezembro de 2018), no individual e consolidado e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 178.940 mil no consolidado (R\$ 709.480 mil em 31 de dezembro de 2018). Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final destas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados investimentos em CAPEX em 2019 na ordem de R\$ 9 milhões e R\$ 3 milhões em 2018, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos.

Os investimentos previstos para 2020 na ordem de R\$ 30,1 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento para investimentos previstos serão obtidas principalmente por intermédio de operações bancárias e comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos - N/A

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme mencionado no item (a.i), acima

c. novos produtos e serviços, indicando – N/A

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional e que não foram mencionados acima.

[O restante da página foi deixado em branco intencionalmente]

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 481/2009
ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481

A Companhia esclarece que, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não haverá distribuição de dividendos, tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício, ficando, portanto, desobrigada quanto ao preenchimento do anexo 9 – 1 – II da Instrução CVM 481/2009.

[O restante da página foi deixado em branco intencionalmente]

ORDEM DO DIA

- (ii) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

TITULARES			
Nome	ANTONIO FARINA	CHARLES DIMETRIUS POPOFF	CLEIDIR FREITAS
Data de Nascimento	17/05/1960	19/08/1958	09/04/1966
Profissão	ENGENHEIRO	ADMINISTRADOR	CONTADOR
CPF ou número do passaporte	064.559.088-64	028.599.078-07	084.064.438-80
Cargo eletivo a ser ocupado	CONSELHEIRO FISCAL	CONSELHEIRO FISCAL	CONSELHEIRO FISCAL
Data prevista para eleição	30/04/2020	30/04/2020	30/04/2020
Data prevista para posse	30/04/2020	30/04/2020	30/04/2020
Prazo do mandato	1 ANO	1 ANO	1 ANO
Outros cargos ou funções	N/A	N/A	N/A
Indicado pelo controlador	NÃO	SIM	SIM
Número de mandatos consecutivos	2	4	1
Condenação Criminal, Civil ou Administrativa	N/A	N/A	N/A
Percentual de participação	100%	100%	100%
Membro de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração	N/A	N/A	N/A
Percentual de participação nas reuniões do comitê que faz parte após a posse no cargo no último exercício	N/A	N/A	N/A
Relação conjugal, união estável, ou parentesco até o segundo grau com pessoas ligadas à Companhia.	N/A	N/A	N/A
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com a Companhia ou suas controladas.	N/A	N/A	N/A

SUPLENTE			
Nome	FABIO TOLIN	TSUYOSHI TAKAESU	MARCELO FERREIRA
Data de Nascimento	24/05/1983	13/11/1959	16/03/1977
Profissão	ENGENHEIRO	ADMINISTRADOR	CONTADOR
CPF ou número do passaporte	216.892.958-05	037.775.818-36	168.885.408-80
Cargo eletivo a ser ocupado	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
Data prevista para eleição	30/04/2020	30/04/2020	30/04/2020
Data prevista para posse	30/04/2020	30/04/2020	30/04/2020
Prazo do mandato	1 ANO	1 ANO	1 ANO
Outros cargos ou funções	N/A	N/A	N/A
Indicado pelo controlador	NÃO	SIM	SIM
Número de mandatos consecutivos	2	2	2
Condenação Criminal, Civil ou Administrativa	N/A	N/A	N/A
Percentual de participação	N/A	N/A	N/A
Membro de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração	N/A	N/A	N/A
Percentual de participação nas reuniões do comitê que faz parte após a posse no cargo no último exercício	N/A	N/A	N/A
Relação conjugal, união estável, ou parentesco até o segundo grau com pessoas ligadas à Companhia.	N/A	N/A	N/A
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com a Companhia ou suas controladas.	N/A	N/A	N/A

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

ANTONIO FARINA, membro efetivo.

Engenheiro graduado pela FEI, exerceu função comercial na Ferrostal do Brasil no segmento de máquinas injetoras (1995). Possui experiência no mercado de ações como analista de investimento e, também, como investidor em diversas empresas desde 1990. Atualmente é Membro efetivo no conselho de administração da Mangels e foi conselheiro fiscal titular na empresa Paranapanema.

CHARLES DIMETRIUS POPOFF, membro efetivo.

É formado em Tecnologia Digital pela UNIA, possuindo MBA em gestão de pessoas pela FGV. Há mais de 20 anos desenvolve carreira como consultor na área empresarial de gestão de recursos humanos.

CLEIDIR FREITAS, membro efetivo.

É formado em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças (UniSantana) e em Gestão Econômica e Financeira de Empresas (FGV), além de Gestão de Previdência Privada e Saúde (Fundação Sistel). Possui mais de 20 anos de experiência nas áreas de finanças, riscos, TI, Operações e RH de instituições financeiras, tendo atuado no Banco Pontual S/A (1991-1994), Banco Itaú BBA (1994-2009), Itaú-Unibanco (2009-2010), Banco Ribeirão Preto 92011-2015), além de ter atuado na Sistel Fundação de Seguridade Social (2015-2016) e Globalpack

(2017), onde exerceu cargo de Diretor Executivo/CEO. Desde novembro/2017 ocupa o cargo de Diretor de Finanças do Banco Safra.

FABIO TOLIN, membro suplente.

Sócio fundador da empresa Speed invest, escritório de assessoria de investimentos filiado a XP investimentos, certificado pela Ancord e credenciado pela CVM. Atua também como membro titular do conselho fiscal da Mangels. Formado em Engenharia, com MBA em gestão empresarial, possui também experiência na área de Engenharia industrial, no setor automotivo, atuando na implementação de workshops de produtividade com foco na redução de custos diretos e indiretos.

MARCELO FERREIRA DO NASCIMENTO, membro suplente.

É formado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas, com MBA em Controladoria pela FGV/SP. Atua há mais de 25 anos no setor financeiro, onde ocupou diversas posições executivas em instituições bancárias tais como Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco BBA Creditanstalt e Banco Fenícia.

TSUYOSHI TAKAESU, membro suplente.

É formado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade de São Caetano do Sul e IESA Santo André, respectivamente. Atuou por mais de 25 anos na Mercedes Benz do Brasil, onde ocupou último cargo de Gerente de Finanças e Administração.

[O restante da página foi deixado em branco intencionalmente]

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ORDEM DO DIA:

(iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2020.

A Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2020, a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, no valor de **R\$ 7.484.355,32** (Sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Em atendimento ao inciso II do artigo 12 da Instrução CVM 481, seguem abaixo as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Política ou prática de remuneração dos administradores

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O objetivo principal da política é manter a remuneração atualizada monetariamente através dos reajustes anuais e assegurar uma remuneração total adequada ao setor e ao porte da Companhia, de forma a assegurar a retenção dos administradores e colaboradores. Para isso, a Companhia conta com um comitê de Recursos Humanos, formalmente constituído em RCA de 28 de maio de 2019, que, entre outras atribuições, coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

1) Conselho de Administração

A remuneração é composta pelo pró-labore, mensal e fixo, totalizando doze pagamentos por ano, podendo ser reajustado anualmente e limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral. Pode haver pagamento de remuneração adicional, em razão de algum dos membros desempenharem ocupação de coordenação de algum dos comitês instituídos pela Companhia.

2) Diretoria

A remuneração é composta por uma parcela fixa e outra variável, além do décimo terceiro salário. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, reajustado anualmente. A parcela variável é paga na forma de bônus anual, a ser distribuído entre os membros da diretoria conforme deliberação e autorização prévia do pelo Conselho de Administração. O pagamento da remuneração variável ocorrer apenas mediante o atingimento de metas propostas e previamente definidas pelo Conselho de Administração.

3) Conselho Fiscal

A remuneração é composta pelo pró-labore, mensal e fixo, totalizando doze pagamentos por ano, podendo ser reajustado anualmente e limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Item Remuneração	2019			2018			2017		
	Conselho Adm.	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho Adm.	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho Adm.	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	83,33%	83,33%	72,15%	83,33%	83,33%	73,18%	83,33%	83,33%	61,42%
Remuneração Variável (Bônus)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	19,65%
Encargos	16,67%	16,67%	27,85%	16,67%	16,67%	26,82%	16,67%	16,67%	18,93%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio do comitê de Recursos Humanos, instituído em RCA de 28 de maio de 2019, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, e atualizada monetariamente anualmente, de forma a preservar o poder aquisitivo, e visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo, os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito. Quanto à parte variável, na eventual aprovação do pagamento de bônus anual, os valores individuais serão previamente deliberados pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de Recursos Humanos, sendo certo que o valor total da parte variável somado ao pró-labore fixo não poderá exceder o montante global aprovado pela Assembleia Geral.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os valores pagos a título de remuneração fixa são estabelecidos conforme os padrões seguidos pelo mercado, sempre comparados com empresas do mesmo porte da Companhia, e permitem atrair membros qualificados, bem como retê-los. Para a determinação da remuneração variável, quando aplicável, são levadas em consideração a performance do executivo e o atingimento de suas metas individuais, bem

como os resultados globais obtidos pela Companhia, incentivando o alinhamento entre os interesses dos administradores e dos acionistas.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente, apenas 1 membro do Conselho de Administração – Sr. Paulo Silvestri – renuncia ao direito de receber qualquer remuneração fixa por suas atividades no Conselho. Tal decisão decorre do fato deste Conselheiro também ocupar a posição de Diretor Financeiro da Companhia, entendendo, portanto, que já faz jus a um justo salário pelas atividades que desenvolve na Companhia, não obstante a posição e funções no Conselho de Administração também ocupem tempo importante na rotina diária e compromissos deste executivo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores e metas que norteiam a remuneração variável e a aplicação do Plano de Metas estabelecido são determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de Recursos Humanos. Importante mencionar que o plano de metas só será levado a efeito se a Companhia atingir um certo montante de geração de caixa operacional (EBITDA). Sem essa regra mandatória, o plano de remuneração variável não é executado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de Recursos Humanos, se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada à geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável dos executivos. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir a remuneração de cada executivo.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável se alinha com as metas de médio e longo prazo, já que seu pagamento é anual e baseado no resultado que o executivo trouxe ao longo daquele período, baseado também em aspectos qualitativos que ajudam a Companhia a estar estruturada para gerar bons resultados nos anos seguintes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros da administração é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

h. **práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

O comitê de Recursos Humanos é responsável por preparar uma proposta de remuneração para os membros da administração e apresentar ao conselho de administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores, que também são validadas pelo Conselho ao final do período.

ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de Recursos Humanos é responsável por desenhar um plano que inclua uma remuneração fixa dentro da média de mercado, além de uma remuneração variável ou via incentivos de longo prazo que complementem o pacote total de remuneração de executivos.

iii. **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A partir do ano de 2019, o conselho de administração passou a avaliar anualmente a proposta do comitê de Recursos Humanos para a política de remuneração dos administradores da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	11
Remuneração fixa anual				
- Salário ou pró-labore	271.448,40	5.243.353,63	380.823,24	5.895.625,27
- Benefícios diretos e indiretos	46.368,89	1.616.023,41	65,052,29	1.727.444,59
- Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	
- Outros	0,00	0,00	0,00	
Remuneração Variável				

- Bônus	0,00		0,00	
- Participação nos resultados	0,00	1.676.994,93	0,00	1.676.994,93
- Participação em reuniões	0,00		0,00	
- Comissões	0,00		0,00	
- Outros	0,00		0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	317.817,29	8.536.371,97	445.875,53	9.300.064,79

Exercício social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	4	3	3	10
Remuneração fixa anual				
- Salário ou pró-labore	358.655,66	5.460.491,73	374.234,55	6.193.381,94
- Benefícios diretos e indiretos	60.030,12	2.316.643,95	62.637,65	2.439.311,72
- Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável				
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	5.750.732,85	0,00	5.750.732,85
Cessação do cargo	0,00	4.487.000,00	0,00	4.487.000,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	418.685,78	18.014.868,53	436.872,20	18.870.426,51

Exercício social de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	11
Remuneração fixa anual				
- Salário ou pró-labore	494.585,92	3.759.385,15	347.788,16	4.657.759,23
- Benefícios diretos e indiretos	110.117,18	1.451.468,38	69.557,63	1.631.143,20
- Participações em comitês	56.000,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável				
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	660.703,10	5.210.853,54	417.345,79	6.288.902,43

Exercício social de 2020 (PREVISÃO)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	11
Remuneração fixa anual				
- Salário ou pró-labore	521.682,24	3.770.247,31	391.261,68	4.683.191,23
- Benefícios diretos e indiretos	123.536,45	1.397.253,65	78.252,34	1.599.042,44
- Participações em comitês	96.000,00	0,00	0,00	96.000,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável				
- Bônus	0,00	1.575.635,67	0,00	1.575.635,67
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>Total da remuneração</u>	741.218,69	6.743.136,63	469.514,02	7.953.869,34

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	11
Membros Remunerados	3	3	3	9
Em relação ao bônus				

- Valor mínimo previsto	0,00	1.676.994,93	0,00	0,00
- Valor máximo previsto	0,00	2.515.492,39	0,00	0,00
- Valor previsto caso as metas fossem atingidas	0,00	2.096.243,66	0,00	0,00
- Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios	0,00	1.676.994,93	0,00	0,00

Exercício social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	15
Membros Remunerados	3	3	3	10
Em relação ao bônus				
- Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor previsto caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	5	3	3	11
Membros Remunerados	4	3	3	10
Em relação ao bônus				
- Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor previsto caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
- Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrevendo:

A Companhia não conta atualmente com um Plano de Outorga de Ações.

13.5 Informações a respeito da remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve qualquer pagamento de remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais.

13.6 Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Item não aplicável.

13.7 Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Item não aplicável.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Item não aplicável.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Órgão	Ações/cotas detidas
Conselho de Administração	11.900 ações
Diretoria	63.851 ações
Conselho Fiscal	130.000 ações

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item não aplicável.

13.11 Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Nº de membros	3	3	3	3	4	5
Valor da maior remuneração (Reais)	3.841,367,39	3.684.296,89	1.362.527,86	105.939,10	139.591,63	157.438,21
Valor da menor remuneração (Reais)	1.707.274,39	1.729.122,36	934.077,10	105.939,10	139.591,63	101.438,21
Valor médio da remuneração (Reais)	2.845.457,32	2.592.378,56	1.165.782,91	105.939,10	139.591,63	129.929,39

	Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Nº de membros	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	148.625,18	149.070,70	130.420,56
Valor da menor remuneração (Reais)	148.625,18	129.608,69	86.947,04
Valor médio da remuneração (Reais)	148625,18	142.583,36	101.438,21

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para o emissor)

Em caso de rescisão imotivada (por iniciativa da Companhia), o Diretor Presidente terá direito a receber indenização no valor equivalente a 12 (doze) vezes o salário mensal.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

2017	ÓRGÃO	Nº de membros	% remuner
	Conselho de Administração	3	3,42%
	Conselho Fiscal	3	4,79%
	Diretoria Estatutária	3	91,79%
	Total Geral	9	100%

2018	ÓRGÃO	Nº de membros	% remuner
	Conselho de Administração	4	2,91%
	Conselho Fiscal	3	3,04%
	Diretoria Estatutária	3	94,05%
Total Geral		Nº de membros	100%
2019	ÓRGÃO	Nº de membros	% remuner
	Conselho de Administração	5	10,51%
	Conselho Fiscal	3	6,63%
	Diretoria Estatutária	3	82,86%
Total Geral		11	100%

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve.

13.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.